

Folha Nacional

3 DE OUTUBRO DE 2025 | SEMANAL | ANO 3 | 120ª EDIÇÃO | EDIÇÃO ONLINE | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | WWW.FOLHANACIONAL.PT
DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA

LEI DE ESTRANGEIROS

CHEGA EXIGE QUE IMIGRANTES NÃO TENHAM DIREITO A SUBSÍDIOS SEM 5 ANOS DE DESCONTOS



GRANDE PLANO PAG.03

CIGANOS ESPANCAM
CASAL EM FRENTE À
FILHA BEBÉ

REPORTAGEM PAG.04

CORRUPÇÃO NAS
AUTARQUIAS? CHEGA QUER
ACABAR COM A BANDALHEIRA



© FOLHA NACIONAL

CHEGA EXIGE QUE IMIGRANTES NÃO TENHAM DIREITO A SUBSÍDIOS SEM 5 ANOS DE DESCONTOS

O CHEGA só deu luz verde à nova Lei dos Estrangeiros depois de garantir regras mais duras. Ventura exigiu travão ao reagrupamento familiar e fim dos subsídios como critério para renovar residência. Conseguiu tudo. O partido diz que esta é uma vitória contra o “assistencialismo” e garante: agora, a imigração passa a ter regras “claras e firmes”.

FONTE FOLHA NACIONAL

A nova versão da Lei dos Estrangeiros foi aprovada, esta semana, na Assembleia da República, introduzindo um conjunto de alterações significativas que reforçam o controlo sobre o reagrupamento familiar e limitam o acesso a apoios sociais por parte de imigrantes. Muitas dessas mudanças foram impulsionadas pela intervenção do Partido CHEGA, que exigiu medidas concretas em troca do seu apoio político à proposta. “O país está a viver uma situação demográfica muito, muito grave”, defendeu o líder do partido, André Ventura, sublinhando que a Lei dos Estrangeiros é “urgente” e que cabe a todos ter “boa vontade” para garantir a sua implementação. Para o CHEGA, a aprovação da nova Lei dos Estrangeiros representa uma vitória legislativa que coloca finalmente a imigração “sob regras claras” e defende o interesse nacional. Entre as principais alterações está a obrigação de os imigrantes comprovarem a existência de laços familiares

efetivos com quem pretendem reunir-se em Portugal. De acordo com o novo diploma, os cônjuges e dependentes devem ter vivido com o requerente fora do país durante, pelo menos, dezoito meses antes de ser possível iniciar o pedido de reagrupamento. Esta medida

devisa, segundo o CHEGA, travar abusos no sistema e garantir que os pedidos têm base real e legítima.

“Esta, para nós, é uma questão fundamental, uma questão decisiva. E se o Tribunal Constitucional obrigou a refazer a lei em certas matérias, há coisas de que nós não podemos prescindir, e esta é uma delas”, justificou o Presidente do segundo maior partido. Além disso, o partido liderado por André Ventura conseguiu endurecer os critérios económicos aplicados à renovação de autorizações de residência no âmbito do reagrupamento. Uma

das suas propostas aprovadas determina que prestações sociais, como o RSI (Rendimento Social de Inserção), deixem de ser consideradas prova de meios de subsistência. Na prática, quem quiser renovar a residência terá de demonstrar rendimento próprio e estável, sem de-

pender de apoios do Estado. Esta alteração foi justificada por Ventura como um passo necessário para evitar o que considera ser um “modelo assistencialista falido”.

“O CHEGA não abdica de que os imigrantes que cheguem a Portugal tenham de ter um período mínimo de cinco anos para poder beneficiar de apoios

da Segurança Social”, declarou o líder da oposição, acrescentando: “Quem chega a Portugal tem de demonstrar o que possui — habitação, meios de subsistência — e garantir que, durante um prazo mínimo, não vai depender de apoios

sociais.”

Outro ponto em que o CHEGA fez valer a sua força negocial foi na exigência de um período mínimo de contribuições à Segurança Social por parte dos imigrantes antes de poderem aceder a subsídios. André Ventura garantiu que, caso o Governo não aceitasse esta condição, o acordo não avançaria, pois este era “um ponto decisivo”.

Para o Presidente do CHEGA, estas mudanças representam um avanço no sentido da justiça e da ordem. “Portugal precisa de uma política de imigração séria, baseada no mérito, no trabalho e na integração, e não num sistema de portas escancaradas e subsídios imediatos”, argumentou, em declarações aos jornalistas.

Nessa linha, o CHEGA defende que manter as políticas anteriores seria um “verdadeiro risco”, pois, segundo o partido, estas incentivam a vinda descontrolada de pessoas que não contribuem para o sistema, mas dele dependem quase de imediato.

Recorde-se que o Tribunal Constitucional

já havia travado uma versão anterior da lei, e que o Presidente da República vetou o diploma pouco depois dos juizes do Palácio Ratton terem anunciado a rejeição de cinco normas do decreto do Parlamento que aprovava o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Mais de 1,5 milhões de imigrantes vivem no país

Portugal registou um aumento significativo no número de imigrantes residentes, atingindo 1.546.521 em 2024, o que representa um crescimento de 33,6% em relação ao ano anterior. Esse aumento é atribuído principalmente à entrada de 328.978 imigrantes em 2023, conforme dados oficiais divulgados pelo Governo. Além disso, cerca de 50 mil imigrantes que estavam a contribuir para a Segurança Social antes de junho de 2024 encontram-se em processo de regularização, o que poderá elevar o total para aproximadamente 1,6 milhões em breve. Embora os dados específicos para 2025 ainda não tenham sido divulgados, estima-se que o número de imigrantes residentes em Portugal tenha continuado a crescer e que, neste momento, sejam já mais de 1,6 milhões.

GUERRA CONTRA A DEMOCRACIA



RICARDO DIAS PINTO
SUBDIRETOR DO FN

A leviandade com que alguns órgãos de comunicação social fazem “guerra” contra o CHEGA, o seu Líder André Ventura ou até mesmo contra o gato António, é cada vez mais gritante. Tudo serve para falar mal, para “deitar abaixo”, ostracizar, criticar ou mesmo pôr em causa o que quer que deste partido saia, seja uma proposta, uma causa ou um candidato, seja até um antigo candidato autárquico com “validade ultrapassada” por já há muito ter sido expulso do partido.

Se alguém fez algo errado ou é suspeito de o ter feito, e esteve no CHEGA ainda que há muito tempo atrás, lá aparece um plano de André Ventura para deleite da Comunicação Social, dos seus comentadores e da extrema-esquerda em geral. É uma caça permanente ao partido e aos que a ele pertencem, sem quaisquer limites, sem qualquer barreira e sem qualquer decência, tantas vezes sem qualquer contraditório. Só é necessário um teclado, uma história para “apimentar” - não importa se verdadeira - e um veículo de transmissão, seja jornal, revista, livro ou canal de televisão.

Escrevem-se livros com base em “depoimentos” de todas as “damas ofendidas” que não conseguiram atingir os seus objectivos pessoais no partido. Não importa se o não fizeram por falta de brio, honestidade, lealdade, qualidade ou capacidade. Importa sim transformar o resultado em acusações sem contraditório ou prova, na esperança de que uma mentira contada muitas vezes, acabe numa verdade absoluta. E desses livros fazem-se “bíblias” de como destruir um partido que se tem demonstrado resiliente, senão mesmo indestrutível.

Os arautos da desgraça insistem, persistem, mas... o partido continua a crescer! Tudo isto para vos mostrar o péssimo serviço que tem sido por estes, prestado à já doente democracia portuguesa. Um serviço, diga-se em abono da verdade, que tem sido exemplarmente combatido a todo o custo pelo bom senso do Povo português a cada eleição, a cada jornal ou grupo (des)informativo desacreditado aos seus olhos. Um péssimo serviço, que dá a cada dia mais vontade e mais força a quem defende o CHEGA com ânimo, nas suas fileiras como nas ruas, nos cafés, e no país real.

De uma vez por todas, aceitem democraticamente a vontade dos portugueses. De uma vez por todas, mostrem que também conseguem, mesmo que a muito custo, respeitar Portugal e o seu Povo, ainda e sempre soberano!



© DR

CRIMINALIDADE NO AUGE

CIGANOS ESPANCAM CASAL EM FRENTE À FILHA BEBÉ

Um casal foi brutalmente espancado por ciganos à frente da filha bebé em Valongo. Mais de quinze pessoas cercaram e agrediram as vítimas, deixando o homem em estado grave.

FONTE: FOLHA NACIONAL

Um casal foi espancado no passado dia 3 de setembro em Sobrado, Valongo, junto a um supermercado e à frente da filha bebé, de apenas dois anos. O ataque envolveu mais de quinze pessoas de etnia cigana e deixou o homem, de 39 anos, em estado grave, segundo avançou o Correio da Manhã (CM). Tudo começou com uma discussão entre três mulheres à saída do supermercado, sendo que duas delas, de etnia cigana, tentaram agredir a terceira. O casal, de 39 e 31 anos, interveio para travar a situação, mas acabou por ser cercado e espancado por um grupo de familiares e amigos dos agressores. O homem foi violentamente agredido, sofrendo ferimentos graves no rosto e podendo necessitar de cirurgia. A mulher sofreu lesões menos graves, mas a filha bebé, com apenas dois anos, presenciou as agressões de que foram alvo os pais. “Duas mulheres estavam a tentar agredir uma outra senhora e a minha mulher foi lá para impedir. Elas viraram-se à minha mulher e eu fui lá separar. Passado um bocado, apareceram outras pessoas.

Foram mais de 15 pessoas a agredir-me”, descreveu a vítima.

Na sequência da investigação, a GNR desencadeou uma operação de grande dimensão que resultou na detenção de treze pessoas: doze homens, com idades entre os 18 e os 59 anos, e uma mulher de 37 anos. Segundo o CM, tratava-se de uma família de etnia cigana com antecedentes por crimes semelhantes. Durante as buscas domiciliárias realizadas em Sobrado e em Baguim do Monte, no concelho de Gondomar, foram apreendidas três armas de fogo, doze armas brancas, sessenta e quatro munições, onze telemóveis e uma nota falsa. Aos detidos foi imputado o crime de ofensa à integridade física grave qualificada. O caso tem vindo a chocar o país, embora a comunicação social tradicional não tenha dado grande ênfase e tenha tentado esconder a etnia dos agressores.



Duas mulheres estavam a tentar agredir uma outra senhora e a minha mulher foi lá para impedir. Elas viraram-se à minha mulher e eu fui lá separar. Foram mais de 15 pessoas a agredir-me”

Este episódio insere-se num contexto em que, de acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2024, o último a que temos acesso, a criminalidade violenta e grave em Portugal registou um aumento de 2,6% relativamente ao ano anterior, com um total de 14.385

ocorrências. Os dados do IASI mostram não só que a criminalidade grupal está a aumentar, mas, principalmente, que a violência é cada vez mais intensa. Entre os crimes violentos que mais cresceram contam-se os roubos por esticção, os assaltos a bancos e os crimes de violação, que atingiram em 2024 o valor mais alto da última década.

Esta situação surge, assim, como exemplo de uma realidade que preocupa autoridades e sociedade, em que desentendimentos aparentemente banais podem rapidamente escalar para episódios de violência coletiva com consequências graves.

AUTÁRQUICAS**CORRUPÇÃO
NAS AUTARQUIAS?
CHEGA QUER ACABAR
COM A BANDALHEIRA**

FONTE FOLHA NACIONAL

As eleições autárquicas de 2025 surgem num momento em que o poder local português está sob forte escrutínio. Num cenário marcado pela desconfiança popular, suspeitas de corrupção e inquéritos judiciais em curso, o partido CHEGA posiciona-se como uma força emergente, apostada em romper com o sistema político tradicional e conquistar câmaras municipais para implementar uma nova forma de governar. A palavra de ordem é clara: integridade, responsabilidade e transparência.

O contexto em que o CHEGA aposta nesta ofensiva autárquica não é indiferente. Ao longo dos últimos anos, têm-se sucedido casos de corrupção, má gestão e suspeitas graves envolvendo autarcas de norte a sul do país. O caso mais notório é o chamado Tutti Frutti, uma investigação que abala o universo autárquico lisboeta e expõe uma teia de influências, favores partidários, manipulação de nomeações e adjudicações opacas. No centro do escândalo estão dezenas de autarcas, assessores e dirigentes de juntas e câmaras, muitos deles ligados ao PS e ao PSD.

Um dos rostos mais mediáticos deste processo é Fernando Braamcamp, presidente da Junta de Freguesia do Areeiro, acusado de 39 crimes de corrupção passiva. O Ministério Público já solicitou a perda de mandato de Braamcamp e de outros doze autarcas, num sinal da gravidade e alcance das suspeitas. A dimensão do problema é reconhecida por várias instituições. Em 2024, o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) recebeu 152 denúncias, a maioria relacionadas com entidades públicas. Destas, 118 diziam respeito a órgãos autárquicos e apenas 19 foram encaminhadas ao Ministério Público com indícios criminais.

Há ainda o caso emblemático de Isaltino Morais, atual presidente da Câmara de

Oeiras, condenado por fraude fiscal, branqueamento de capitais e abuso de poder, mas que regressou à política ativa após cumprir pena.

Quem tem estado na mira das autoridades é Maria das Dores Meira. A antiga presidente da Câmara Municipal de Setúbal, eleita pelo PCP, volta a concorrer à autarquia sadina, desta vez com o apoio do PSD. Dores Meira deverá ser constituída arguida nos próximos dias. Em causa, está a suspeita de que, enquanto autarca, terá recebido 35 mil euros em ajudas de custo por um total de mil quilómetros percorridos. Também a utilização do cartão de crédito da autarquia está sob investigação. Para o CHEGA, estas eleições não serão apenas mais uma disputa pelo poder local — serão um verdadeiro ponto de viragem: “Há um movimento crescente nas autarquias. As pessoas querem dar força ao CHEGA. É uma vontade real e uma análise séria, o CHEGA vai conquistar várias câmaras, como por exemplo no distrito de Setúbal.”

Com candidatos em todos os concelhos e numa larga maioria de freguesias do país, o partido está determinado a capitalizar o descontentamento popular com os partidos do sistema, sobretudo PS e PSD.

Propostas concretas para combater a corrupção

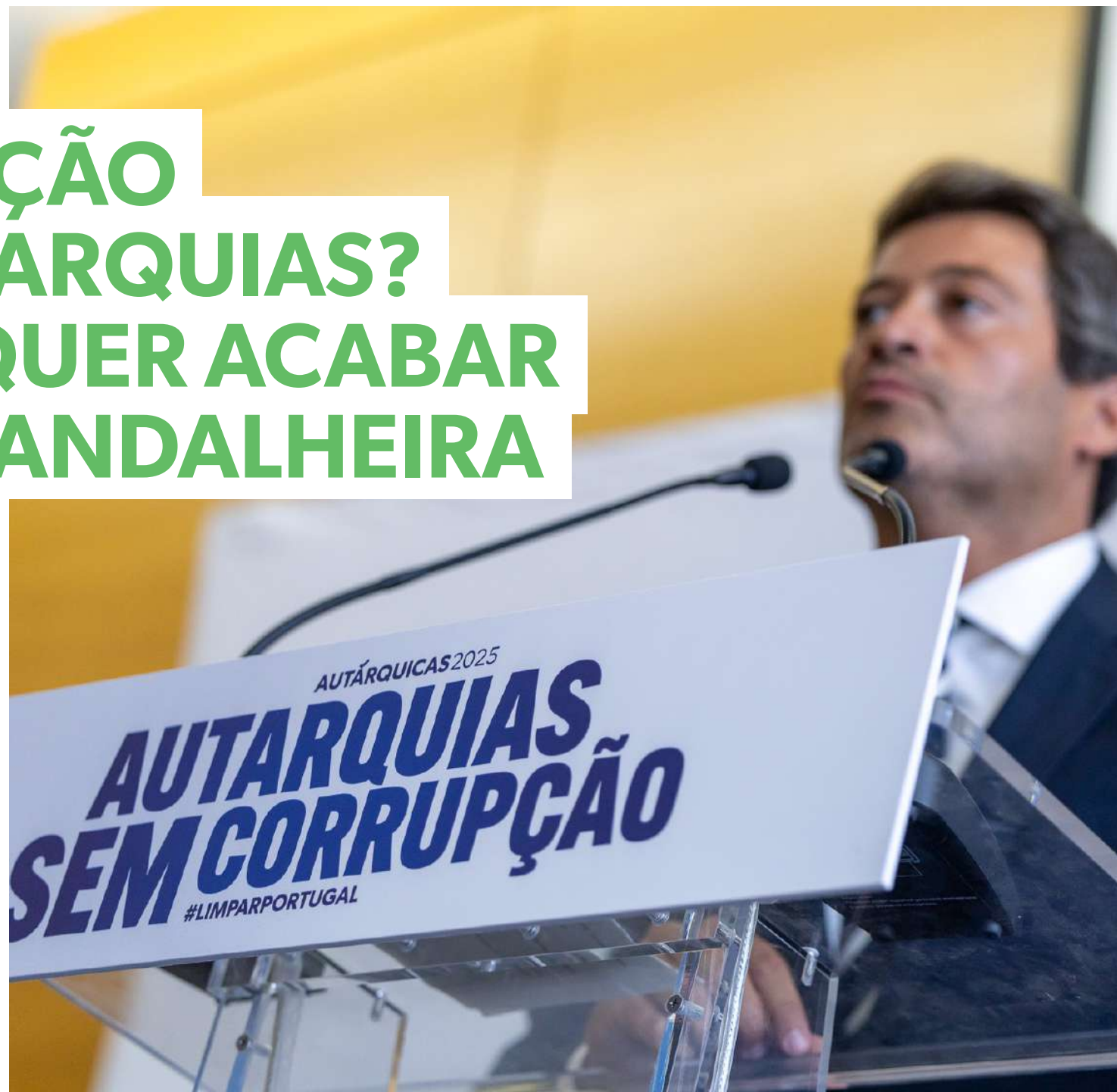
O combate à corrupção é uma das bandeiras mais destacadas do CHEGA para as autárquicas. André Ventura defende uma transformação estrutural nas regras do exercício do poder local. Entre as propostas apresentadas estão a criação de subcomissões de integridade e ética nas assembleias municipais, com poder para suspender autarcas suspeitos de crimes graves, bem como a criação de gabinetes de prevenção e combate à corrupção, como defende o partido na sua candidatura em Almada.

O partido já propôs na Assembleia da República o alargamento dos prazos de prescrição para crimes económico-financeiros, como peculato, corrupção, abuso de poder ou participação econó-

mica em negócio, a fim de impedir que casos graves sejam arquivados por atrasos processuais. Ventura defende ainda a implementação de um código de ética obrigatório para todos os titulares de cargos públicos, incluindo autarcas, com penalizações concretas para incumprimentos.

“Não descansarei enquanto houver corrupção em Portugal. Não podemos aceitar que políticos continuem em funções enquanto estão sob investigação por crimes graves. Isso mata a confiança dos cidadãos na democracia”, afirmou André Ventura.

As autárquicas de 2025 são, para o CHEGA, um passo determinante no caminho para o governo nacional. Num ambiente de insatisfação generalizada, com casos de corrupção a abalar o sistema político, o partido aposta num discurso direto, focado na ética, na fiscalização rigorosa e na necessidade de mudança. A resposta dos eleitores a esse apelo poderá definir o rumo da política local — e nacional — nos próximos anos.



© FOLHA NACIONAL

“O ESTADO VIROU-NOS AS COSTAS”

JOVENS DESILUDIDOS PENSAM EM ABANDONAR PORTUGAL

FONTE FOLHA NACIONAL

Portugal está a perder os seus filhos. Jovens com talento, ambição e orgulho nacional são cada vez mais empurrados para fora do país por um Estado que teima em fechar os olhos aos seus problemas e às suas necessidades. De acordo com um estudo divulgado este ano pelo Centro de Estudos da Federação Académica do Porto (CEFAP), são mais de 73% os jovens que ponderam emigrar após concluírem o Ensino Superior, com a maior parte a optar por países onde os salários são mais atrativos, quando comparados com os de Portugal. De acordo com o mesmo estudo, se estes jovens emigrarem, o país poderá perder 95 mil milhões de euros ao longo da próxima década. A mesma fonte refere ainda que a maior parte dos alunos inscritos no ano letivo transato considera provável ou muito provável emigrar, sendo que cerca de 25% já decidiu mesmo que vai abandonar Portugal em busca de melhores condições de vida. De referir que apenas 10% dos inquiridos responderam que, garantidamente, ficarão em Portugal. Face a este cenário, o Folha Nacional falou com vários jovens ao longo dos últimos meses e o retrato que encontramos é alarmante: um país que já não lhes dá futuro, um Governo que prefere ignorar os seus e que entrega a nacionalidade de mão aberta a quem mal fala a língua portuguesa.

Quando se pergunta “porque pensas sair de Portugal?”, as respostas são duras e diretas: “São todas as situações e mais algumas”, diz uma jovem mãe. “O Estado virou-nos as costas. Vive-se com a corda ao pescoço”, acrescenta.

Para muitos jovens, a questão já não é “se” irão emigrar, mas “quando”. A decisão é pesada pela falta de perspectivas, pelos salários baixos, pelas rendas altíssimas e por um sistema que, na opinião de muitos, favorece os que menos contribuem. Um dos entrevistados desabafa: “Neste momento, parece que temos de ser de tal forma inclusivos que os portugueses estão a perder o seu espaço. Sinto-me cada vez mais estrangeiro no meu próprio país.”

Dizem os jovens que Portugal deixou de investir nos seus, passou a depender de mão-de-obra estrangeira, muitas vezes sem qualificações, vinda de contextos totalmente diferentes dos nossos. Um



© DR

dos jovens relatou-nos aquela que é a sua experiência: “Trabalho numa exploração agrícola e posso afirmar que a mão-de-obra é barata porque não tem qualidade. Escondem-se do trabalho, são apanhados a dormir, roubam. No fim, o barato sai caro”.

Um dos jovens com quem falámos, estudante universitário, aponta o dedo ao sistema: “Estamos a formar jovens com altas qualificações que depois vão trabalhar para fora. É um desperdício de recursos pagos por todos nós.” E pergunta: “Para quê estudar tanto se o país não nos valoriza? Os nossos pais com 20 anos tinham casa. Eu aos 22 ainda nem trabalho tenho”. A culpa está no desinteresse político, garante uma jovem: “Os políticos não

percebem os nossos problemas porque não vivem no nosso mundo. Têm os filhos em colégios privados, casas herdadas e empregos garantidos. O resto do povo que se aguenta.” E, nesta senda, lamenta: “Os políticos estão preocupados em melhorar a vida deles. Como os problemas dos jovens já não lhes tocam, simplesmente não querem saber.” Mais do que a falta de oportunidades, o que revolta é a sensação de injustiça. Um exemplo gritante que uma jovem nos transmitiu: “Quando fui mãe, recebi 137 euros do Estado. A minha vizinha de etnia cigana, que nunca trabalhou, recebia perto de 900 euros. Até me perguntou se queria ser prima dela”, partilhou. “Os apoios deviam ser para quem

precisa, mas parece que há cidadãos de primeira e de segunda”, lamenta. Outro caso semelhante revela o mesmo padrão: “Quando pedi apoio ao Estado, recusaram-mo porque vivia com os meus avós reformados. Disseram que eles tinham a obrigação de me sustentar. Que Estado é este?”

Esta perceção de desigualdade tem um peso enorme nas decisões de emigrar. Para muitos, só não o fazem porque ainda não apareceu “aquela” oportunidade. Mas a vontade está lá. E o orgulho em ser português já não chega para compensar a frustração.

“Tenho orgulho na nossa história, nos nossos símbolos, mas não posso dizer que me sinto orgulhosa do Portugal de hoje. Já qualquer um pode ser português. A nossa identidade está a desaparecer e o nosso lugar está a ser ocupado por outros.”, desabafa uma jovem. Outro entrevistado, mais direto, afirma: “Vejo mais preocupação em agradar a quem chega do que em proteger quem cá está desde sempre.” O que os jovens pedem não é luxo, são condições básicas para viver com dignidade. Habitação acessível, salários justos, transportes públicos que funcionem, creches com vagas, um SNS que trate em vez de empurrar para filas de 10 horas. Pedem mais segurança, especialmente para as famílias, e menos facilitismo na imigração sem controlo.

“Não é ser contra quem vem de fora”, explica um jovem alentejano, “mas é perceber que não podemos ser substituídos por quem aceita trabalhar por menos e nem se esforça por se integrar”. Para muitos, “o barato sai caro”, porque a qualidade do trabalho e a segurança da comunidade ficam comprometidas. Um dos jovens resume o sentimento de muitos: “Se pudesse, ficava. É o meu país. Mas Portugal precisa de cuidar de quem cá está e de priorizar sempre os portugueses. Precisamos de mais escolas e menos mesquitas, mais apoios à família e menos subsídios para quem não quer trabalhar.”

No meio deste cenário, uma coisa fica clara: os jovens ainda acreditam que é possível mudar, mas não com os mesmos de sempre no poder. “A mudança tem de vir da política e de quem realmente nos ouve. Precisamos de alguém que ponha os portugueses primeiro, sem medo de dizer as verdades”.



BERNARDO PESSANHA VISEU

“NÃO ACEITO QUE EM VISEU SE PAGUE MAIS IRS DO QUE EM LISBOA”

Bernardo Pessanha tem 42 anos e é o candidato do CHEGA à Câmara Municipal de Viseu, concelho onde nasceu e ao qual dedica boa parte do seu tempo como deputado na Assembleia da República. Promete lutar pela redução do IRS e chama a atenção para os problemas relacionados com a instalação de barracas em Viseu e com a crescente insegurança nas ruas.

Porque se candidata à Câmara Municipal de Viseu?

Porque sou viseense, conheço bem a minha cidade e ser autarca é, talvez, uma das mais nobres funções políticas. Mas também porque compreendo e aceito o desafio que nos foi lançado pelo líder do partido. Sendo deputados e, no fundo, já representando as nossas regiões no Parlamento, temos o dever de não virar a cara e dizer que estamos presentes.

O que seria um bom resultado para o CHEGA em Viseu?

Um bom resultado para Viseu seria mudar as políticas que têm paralisado muitos setores de atividade e que têm colocado em causa a vivência, a segurança e a habitabilidade da cidade. Acredito que isso só acontecerá se o CHEGA estiver no poder ou, pelo menos, tiver uma grande influência na governação da Câmara. O CHEGA quer eleger representantes para a Câmara e para a Assembleia Municipal, e também

apresenta excelentes soluções para as freguesias. Se estivermos presentes em vários órgãos, poderemos fazer mais por Viseu. Esse seria um bom resultado: melhorar a vida das pessoas.

Já apresentou como proposta reduzir o IRS. Como vai fazer isso?

Os municípios ficam com 5% do IRS. As câmaras municipais podem decidir devolver parte ou a totalidade dessa verba. Por exemplo, Lisboa devolve a totalidade do IRS retido. Mas Viseu devolve apenas 1%, ficando com os restantes 4%. Eu não compreendo, e custa-me aceitar, que um trabalhador ou reformado que ganha o mesmo em Lisboa pague menos imposto do que alguém nas mesmas circunstâncias em Viseu. Lisboa tem sempre mais investimento público direto do Estado em aeroportos, autoestradas, expos, metropolitano. Qual é o sentido de os seus munícipes pagarem menos IRS do que os de cidades como Viseu? Nenhum.

O CHEGA propõe essa redução de impostos se for eleito?

Sim. Se votarem em nós, as pessoas saberão que, de uma forma ou de outra, iremos propor a redução do IRS. Se formos poder, poderemos fazê-lo mais facilmente. Mas, mesmo com vereadores no executivo, podemos condicionar quem ganhar a seguir esse caminho, que



Um bom resultado será mudar políticas que têm paralisado Viseu e comprometido a segurança e a habitabilidade

é lógico e justo, mas que nem PS nem PSD aceitam seguir.

A habitação está na ordem do dia. O que pretende fazer?

A Câmara tem alguma habitação social

em Viseu. O que não admito é que muitas vezes quem a ocupa não seja quem mais precisa dela, e que alguns até a utilizem para fins diversos e até criminosos. A habitação social é para quem precisa realmente. Depois, defendendo a promoção de habitação acessível, que pode vir a ser construída sobretudo em parceria com privados.

Tem havido alguma pressão com a instalação de barracas no concelho.

Qual é a sua posição sobre isso?

A Câmara não pode permitir-se assistir a ilegalidades. Muitas vezes isso acontece em terrenos privados, mas mesmo aí a Câmara tem poderes de fiscalização e pode impor a desocupação. Não podemos, em pleno século XXI, assistir à instalação de acampamentos de comunidades ciganas ou outras sem que as autoridades e a Câmara, que também é uma autoridade, façam nada.

Um tema que tem agitado Viseu é o do antigo mercado dos produtores (Mercado 2 de Maio). O que fará se for presidente da Câmara?

A reabilitação feita ao mercado foi um erro muito caro, desde o início. Nós teríamos feito diferente. Mas, uma vez aqui chegados, não queremos deitar nada abaixo, pois respeitamos o investimento que os viseenses fizeram. Queremos,



© FOLHA NACIONAL

sim, adaptar o espaço a bancas de mercado de frescos, onde os nossos produtores possam voltar a vender. O que ali existe não é carne nem peixe, e todo o processo tem de ser revisto.

O presidente atual quer fazer um centro cultural. Qual é a sua posição?

Claramente contra. Não vamos pagar a “obra de regime” de Fernando Ruas. O CHEGA quer apoiar a cultura popular, as companhias do concelho, mas é inaceitável que agora se gastem milhões só porque o histórico presidente da Câmara do PSD não quer sair sem deixar um memorial a si próprio. Esses milhões dariam para pagar anos de devolução de IRS aos nossos municípios. Temos outros espaços no concelho que podem ser adaptados e melhorados, sem estarmos a criar mais um elefante branco.

Viseu não é só cidade. O que propõe para o resto do concelho?

Mais autonomia e descentralização de competências para as freguesias. Com um CHEGA

forte, vamos valorizar todo o território. Temos freguesias com potencial turístico, outras agrícolas, outras urbanas. Temos de saber equilibrar o território e dar espaço a todos. A Câmara tem de liderar esses processos, mas as freguesias também têm de cumprir o seu papel e ter meios para o fazer.

E na cidade, o que propõe?

Já falei de vários assuntos, mas quero frisar um que preocupa todos: a segurança e o bem-estar. Temos uma população muito envelhecida que precisa de lares de boa qualidade e com vagas suficientes, mas também precisamos de um ambiente urbano que permita a quem ainda tem autonomia passear sem receios e fazer do espaço público a sua casa. Para isso precisamos de mais policiamento das forças de segurança nacionais, de maior presença da polícia municipal nas ruas e de mais fiscalização. Sem lei e sem ordem não há liberdade, e Viseu já tem hoje zonas proscritas onde não são as autoridades a mandar. Isso é inaceitável.

CANDIDATOS DO DISTRITO



ARMAMAR
RÓMULO PIMENTEL
FUNCIONÁRIO PÚBLICO



CARREGAL DO SAL
TIAGO CLÁUDIO
OPERADOR FABRIL



CASTRO DAIRE
MANUEL ROCHA
INSPETOR DA AT



CINFÃES
RAQUEL NUNES
ENGENHEIRA CIVIL



LAMEGO
MARIA VALLE
PSICÓLOGA



MANGUALDE
ANTÓNIO SILVA
ADVOGADO



MOIMENTA DA BEIRA
GUILHERME FERREIRA
PERITO EM SEGUROS



MORTÁGUA
CAROLINA PEREIRA
ASSESSORA JURÍDICA



NELAS
PEDRO LOPES
EMPRESÁRIO



OLIVEIRA DE FRADES
ESMERALDA SERRANO
REFORMADA



PENALVA DO CASTELO
PAULA REBELO
EMPRESÁRIA



PENEDONO
ADELAIDE FLORA
PROFESSORA



REDENDE
DAVID MALHEIRO
ESTUDANTE



SANTA COMBA DÃO
CARLOS COSTA
TÉCNICO



SÃO JOÃO DA PESQUEIRA
DINA BASTARDO
JORNALISTA



SÃO PEDRO DO SUL
LUÍS PAIVA
MOTORISTA



SÁTÃO
CARLOS MIGUEL
ENFERMEIRO



SERNANCELHE
SARA MATOS
ESTUDANTE



TABUAÇO
DAVID GOMES
SEGURANÇA



TAROUCA
EDUARDO SOUSA
ESTUDANTE



TONDELA
SANDRA LOURENÇO
ADMINISTRATIVA



VILA NOVA DE PAIVA
MARIA SANTOS
ASSESSORA JURÍDICA



VOUZELA
TIAGO ALMEIDA
TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

PEDRO CORREIA SANTARÉM

"SOMOS A ÚNICA CANDIDATURA COM CAPACIDADE POLÍTICA E EXECUTIVA PARA FAZER A MUDANÇA"

Pedro Correia, 50 anos, é candidato à Presidência da Câmara Municipal de Santarém pelo CHEGA. Numa entrevista exclusiva, o Deputado eleito por Santarém indica problemas do Concelho, apresenta soluções e revela a sua visão para o futuro da cidade e das freguesias.

Que razões o levam a candidatar-se à Câmara Municipal de Santarém?

Santarém sofreu ao longo de décadas de governação PS e PSD um desinvestimento crónico que levou à estagnação económica e até a uma contração social. A nossa candidatura apresenta-se para fazer Santarém mudar de rumo, somos a única candidatura com capacidade política e executiva, pela qualidade extraordinária dos seus candidatos, que pode realmente concretizar essa mudança. O CHEGA em Santarém é uma equipa. A nossa candidatura preparou nesta caminhada autárquica um Plano Estratégico para todas as áreas da governação de modo a colocar Santarém como uma capital de Distrito de referência nacional.

Quais são, no seu entender, os principais problemas de Santarém?

Santarém carece de uma nova zona industrial de modo a alavancar o seu desenvolvimento económico para os desafios do século XXI. Estamos cronicamente atrasados por anos de apatia do

Município e de falta de visão estratégica dos seus autarcas.

O atual estado de desertificação do Centro Histórico de Santarém, ex-libris da Cidade, é o espelho da falta de planeamento, visão estratégica e investimento estrutural dos executivos do PSD e do PS. Levaram décadas para rever o PDM, deixando o território atrasar-se ao nível do desenvolvimento sustentável, e a revisão feita agora, na prática, foi para deixar ficar tudo na mesma.

A falta de um plano de Habitação robusto, quer ao nível da construção, quer ao nível da reabilitação urbana, a fraca oferta de transportes públicos, especialmente nas freguesias rurais, tornando a mobilidade um problema complexo no Concelho, o abandono de décadas a que a zona ribeirinha foi votada, desde a Ribeira, Alfange e Caneiras, a inexistência de um plano de fundo para a ex-EPC e, acima de tudo, a má gestão dos dinheiros públicos durante mandatos sucessivos, assente na cultura do despesismo, que se reflete na dívida total altíssima que este



Santarém não pode deixar de ser a Capital do Mundo Rural e das suas tradições associadas"

executivo de coligação PSD/PS apresenta no final deste mandato.

Referiu há pouco um Plano Estratégico. Pode dizer-nos em que assenta esse Plano?

O nosso Plano Estratégico para o futuro de Santarém assenta em todas as áreas da Governação autárquica, desde o desenvolvimento económico à Educação, da Segurança à Saúde, da Habitação ao Turismo e à revitalização das marcas de Santarém até um novo e arrojado plano para dinamizar a Cultura, sem nunca esquecer que Santarém não pode deixar de ser a Capital do Mundo Rural e das suas tradições associadas.

A coluna vertebral do nosso Plano Estratégico é a criação de um Pólo Tecnológico, assente em parcerias com a Academia local, Escola Superior Agrária e Politécnico de Santarém, e nacional, como a Universidade Nova e a Universidade Católica, e também com associações empresariais como a Associação dos



Agricultores do Ribatejo e a CAP. Será uma Incubadora e Hub de investigação e soluções tecnológicas nos ramos da AGROTECH (Tecnologia Aplicada à Agricultura) e da FOODTECH (Tecnologia e Inovação Alimentar), tendo como core value as culturas agrícolas do Mediterrâneo. O grande objetivo é colocar jovens no mercado de trabalho com bons salários, de modo a obter maior poder de fixação de jovens empreendedores no Concelho e apostar no crescimento da produção agrícola tecnológica.

O CHEGA tem atualmente uma vereadora. Como descreve estes últimos quatro anos na Câmara?

A oposição liderada pela nossa Vereadora Manuela Estêvão à coligação PSD/PS tem-se pautado pelo apontar dos problemas da

governação e das variadas preocupações da população, sempre com a apresentação de soluções concretas para o Concelho. Num mandato em que os dois partidos do sistema se coligaram e, em tese, teriam todas as condições para aplicar as reformas e os investimentos necessários, após quatro anos a desilusão é total, pois esta coligação não consegue inaugurar uma única obra estruturante e que funcione para o proveito e bem-estar da população. As nossas linhas vermelhas foram a atribuição de subsídios extraordinários sem regulamento, o uso indiscriminado de ajustes diretos (só no último ano o Presidente substituto fez 101 ajustes diretos no valor de 3,5 milhões de euros) e a desigualdade das transferências para as freguesias, criando desigualdades cada vez mais gritantes no território.

Se for eleito Presidente da Câmara, abdicará do cargo de deputado à Assembleia da República?

Aceitarei o veredicto dos eleitores e assumirei o cargo que me confiarem. Vencendo as eleições autárquicas, deixarei o Parlamento e serei Presidente da Câmara de Santarém para um novo ciclo de governação em que o CHEGA go-

vernará sozinho, mesmo que em minoria, sem distribuição de pelouros a outros partidos. Caso seja eleito Vereador, então assumirei esse compromisso na oposição sem qualquer pelouro e liderando com a nossa equipa o escrutínio ao Executivo camarário, em acumulação com o cargo de Deputado na Assembleia da República.

CANDIDATOS DO DISTRITO

	ABRANTES NUNO SERRAS MOTORISTA		FERREIRA DO ZÉZERE SÓNIA PEREIRA PROFESSORA
	ALCANENA SÉRGIO VEDOR GESTOR CTT		GOLEGÃ LUÍS MIGUEL COTRIM EMPRESÁRIO
	ALMEIRIM CATARINA SALGUEIRO DEPUTADA		MAÇÃO MÁRIO RIBEIRO TÉCNICO DE VENDAS
	ALPIARÇA JOSÉ CALHAU MILITAR DA FORÇA AÉREA		OURÉM RITA SOUSA INTREMEDIÁRIA DE CRÉDITO
	BENAVENTE FREDERICO ANTUNES GESTOR		SALVATERRA DE MAGOS SAMUEL GERMANO EMPRESÁRIO
	CARTAXO LUÍSA AREOSA PROFESSORA		SARDOAL JOSÉ CASCALHEIRA EMPRESÁRIO
	CHAMUSCA LUÍS RODRIGUES BOMBEIRO		TOMAR SAMUEL FONTES GERENTE BANCÁRIO
	CONSTÂNCIA FERNANDO GUEDES ENGENHEIRO		TORRES NOVAS JOSÉ CAROLA EMPRESÁRIO
	CORUCHE LURDES PEREIRA AUXILIAR VETERINÁRIA		VILA NOVA DA BARQUINHA TATIANA HORTA GESTORA DE SAÚDE
	ENTRONCAMENTO NELSON CUNHA EMPRESÁRIO		

LUÍS SOARES GUARDA

“ACREDITO QUE É POSSÍVEL INVERTER ESTE PROCESSO DE EMPOBRECIMENTO E DESERTIFICAÇÃO DO INTERIOR”

Luís Alberto Fernandes Soares é candidato à Presidência da Câmara Municipal da Guarda pelo CHEGA. Nesta entrevista, aponta críticas ao atual executivo, identifica os principais problemas do concelho e apresenta as suas prioridades caso seja eleito.

Que razões apresenta para a sua candidatura?

Depois de ter estado afastado da política nacional durante anos, percebi que é possível inverter políticas esquerdistas que cada vez mais nos empurram para a cauda da Europa. O principal flagelo é a corrupção, que atinge o país e a nossa terra em particular. Aceitei o desafio de me candidatar com o apoio do CHEGA porque acredito que é possível inverter este processo de empobrecimento e desertificação do nosso território do interior. Acredito que a Guarda pode ser o motor do repovoamento, atraindo jovens, pelo emprego qualificado que podemos criar, e também pessoas de mais idade, pela nossa qualidade ambiental. É possível recuperar para o setor agrícola este território de 712 km², criar um cluster da defesa com dimensão europeia, implementar políticas de saúde exemplares e políticas sociais que evitem o parasitismo. Acredito, em

suma, no 6.º F: o Futuro da Guarda e de Portugal.

Como avalia o atual executivo da Câmara Municipal da Guarda?

Ineficaz e incumpridor, mais do que todos os executivos do pós-25 de Abril. Perdeu-se a oportunidade de apanhar o comboio do desenvolvimento. A Guarda sempre teve, na sua localização geográfica, uma grande oportunidade, mas sucessivos executivos não souberam aproveitá-la. Promessas houve muitas, mas não conheço nenhuma que tenha sido cumprida. Numa escala de 1 a 5, atribuo nota zero.

Quais considera serem os principais problemas estruturais do concelho?

São os mesmos do país, mas agravados pela interioridade que nos caracteriza. Na saúde, o problema é mais grave porque a população é cada vez mais envelhecida e carente de cuidados. Somos, juntamente com o Sabugal, o concelho mais envelhecido do





A Guarda sempre teve uma grande oportunidade de apanhar o comboio do desenvolvimento, mas os sucessivos executivos não souberam aproveitá-la.

país. Muitos idosos vivem sozinhos e pouco se fala disso.

Na assistência social, vemos cada vez mais pessoas a procurar subsídios em vez de procurar trabalho. O Estado tem um papel fundamental, mas também as autarquias devem exigir medidas que evitem o desperdício de recursos públicos em favor de dependências crónicas.

Na segurança, começam a surgir sinais preocupantes. A cultura de deixar a porta aberta, tão característica das gentes beirãs, está a desaparecer. Outras culturas e costumes já não a permitem.

Quais serão as suas primeiras medidas no cargo, caso seja eleito Presidente da Câmara?

Implementar o programa eleitoral, começando por transformar a Guarda num centro universitário de referência internacional. Promover a qualidade única do nosso ar com uma campanha europeia, potenciando o turismo e criando experiências únicas que só a Guarda pode oferecer.

Reorganizar os serviços da Câmara, reduzir burocracias e responsabilizar quem não cumpre prazos aceitáveis. Um licenciamento não pode demorar anos.

E, por fim, garantir rigor na contratação pública, evitando ajustes diretos e impondo tectos máximos a nível local.

E no que toca às contas públicas e impostos municipais?

Procurarei sempre total transparência nos atos da Câmara e, por isso, consultarei a população, em sede de consulta pública, para consensualizar as medidas a tomar. O concelho é de todos e todos devem ter uma palavra a dizer.

CANDIDATOS DO DISTRITO



AGUIAR DA BEIRA
SARA CRESPO
PROFESSORA



ALMEIDA
LILIANA MOREIRA
EMPRESÁRIA



CELORICO DA BEIRA
LOPES DE FIGUEIREDO
ADVOGADO



FORNOS DE ALGODRES
RUI CABRAL FERREIRA
EMPRESÁRIO



GOUVEIA
NELSON PINA
ADMINISTRATIVO



MANTEIGAS
EDGAR BONECO
CONSULTOR



MÊDA
CRISTIANO CONDUTO
FUNCIONÁRIO DA PJ



PINHEL
CLÁUDIO FRANCO
EMPRESÁRIO



SABUGAL
FRANCISCO MORAIS DE BARROS
EMPRESÁRIO



SEIA
JOÃO TILLY
DEPUTADO



FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO
CAROLINA ALMEIDA
JURISTA



TRANCOSO
FILIPPE PIRES
ENGENHEIRO CIVIL



VILA NOVA DE FOZ CÔA
JORGE LIÇA
ENGENHEIRO

FERNANDO AFONSO BRAGANÇA

“A MINHA PRIORIDADE É GARANTIR QUE A CÂMARA ESTEJA AO SERVIÇO DE TODOS”



Fernando Afonso é o rosto do CHEGA na corrida à Câmara Municipal de Bragança nas autárquicas de 2025. Licenciado em Comunicação Social, trabalha no ramo imobiliário há três décadas. Apresenta-se com uma ligação profunda ao território e com a ambição de devolver ao concelho uma governação transparente, próxima das pessoas e centrada em resultados. Aponta o despovoamento, a estagnação económica e a falta de respostas nas áreas da saúde, educação e mobilidade como os principais bloqueios ao desenvolvimento da região.

O que o leva a avançar com uma candidatura à Câmara Municipal de Bragança?

Candidato-me por Bragança, pelas suas gentes e pela terra que me corre no sangue. Sou descendente direto de uma família da freguesia de Corujas, no concelho de Macedo de Cavaleiros, e mantenho relações profundas com muitas das forças vivas da cidade e do concelho de Bragança. Esta candidatura nasce de um sentimento de compromisso autêntico com a nossa terra. Conheço bem os desafios que enfrentamos: o despovoamento crónico, a estagnação económica, a dificuldade de acesso a transportes, a fragilidade dos serviços de saúde e educação em áreas rurais. É tempo de agir. Comprometo-me a ouvir as pessoas, a servir com lealdade e a agir com coragem. Acredito num concelho que não se resigna — um concelho mais justo, mais dinâmico, mais respeitado. E acredito que, juntos, podemos construí-lo.

Quais são as grandes mudanças infraestruturais que propõe?

Queremos colocar Bragança no mapa da competitividade ibérica e torná-la a verdadeira capital do Noroeste Peninsular. A nossa ambição é transformar o atual aeródromo num Aeroporto Regional, com capacidade para atrair investimento, turismo e gerar nova centralidade regional. Comprometemo-nos a concluir essa obra no prazo de quatro anos, desde que a ANAC aprove o projeto em tempo útil. Mas não ficamos por aqui. Vamos exigir a concretização imediata da ligação rápida entre Bragança e Puebla de Sannabria, uma infraestrutura essencial para garantir acesso direto à linha de TGV espanhola (AVE) e às principais redes de transporte da Península. Esta ligação reduzirá o tempo de viagem para 20 a 30 minutos — uma verdadeira revolução na mobilidade transfronteiriça. É inaceitável que uma obra financiada com 29 milhões de euros do PRR continue bloqueada. Vamos tirá-la do papel



“Quero devolver a Bragança uma governação séria, transparente e próxima das pessoas. Estou aqui para servir com coragem, agir com determinação e fazer aquilo que outros prometeram, mas nunca cumpriram”

e pô-la no terreno. Com cronogramas rigorosos, metas claras e uso eficaz dos fundos europeus.

Como pensa responder aos desafios da interioridade?

O interior precisa de soluções à altura dos seus problemas — e Bragança tem tudo para ser um território de futuro. A nossa proposta é clara: criar o BRAGANÇA LIVING HUB – Inovação e Talento no Interior. Este será um verdadeiro laboratório de inovação em territórios de baixa densidade, onde se cruzam ciência, juventude, empreendedorismo e qualidade de vida. Com a parceria do Instituto Politécnico de Bragança e do Brigantia EcoPark, queremos atrair talento altamente qualificado, fomentar startups e fixar empresas que tragam emprego e inovação ao nosso território. Bragança pode — e deve — liderar a transformação do interior do país, com políticas de futuro e visão estratégica.



© FOLHA NACIONAL

O setor rural terá um lugar central na sua estratégia?

Absolutamente. O mundo rural é a espinha dorsal de Bragança — e merece ser tratado como tal. Vamos reforçar os apoios municipais ao combate às doenças do castanheiro, uma das maiores ameaças à economia agrícola da região. A produção de castanha é vital para milhares de famílias, mas tem sido posta em risco por pragas e doenças que os atuais recursos não conseguem controlar. Defendemos um Fundo Municipal para a Sanidade do Castanheiro com verbas sólidas, que permita uma resposta eficaz, previsível e contínua, mesmo fora dos ciclos de financiamento europeu. Queremos proteger o que é nosso e garantir sustentabilidade a um setor que faz parte da nossa identidade.

Nos últimos anos, Bragança tem estado no centro de escândalos políticos. O que propõe para devolver a confiança à população?

É urgente romper com o passado de opacidade, suspeitas e má gestão. As investigações em curso pela Procuradoria Europeia — por suspeitas de fraude, corrupção e prevaricação — demonstram que Bragança precisa de uma mudança radical na forma como é governada. Defendemos tolerância zero à corrupção. Os

bragançanos têm direito a uma autarquia limpa, onde cada euro público seja investido com rigor e transparência. A nossa primeira medida será realizar uma auditoria completa à gestão da Câmara Municipal dos últimos oito anos. Em paralelo, criaremos um Gabinete de Transparência, com autonomia técnica e funcional, que terá como missão prevenir riscos de corrupção, reforçar a integridade dos processos e garantir escrutínio público permanente. Só com verdade e responsabilidade podemos recuperar a confiança dos cidadãos.

Que mensagem final deixa aos cidadãos de Bragança?

Deixo uma mensagem de esperança, mas também de ação. Quero que Bragança volte a ser uma terra de oportunidades, onde as famílias possam viver com dignidade, onde os idosos sejam respeitados e os jovens tenham razões para ficar e construir futuro. A minha prioridade é garantir que a Câmara Municipal esteja verdadeiramente ao serviço de todos — sem esquecer ninguém, sem beneficiar uns em detrimento de outros. Chegou a hora de fazer diferente. Chegou a hora de fazer melhor. Com coragem, com transparência e com determinação, a mudança vai chegar finalmente a Bragança.

CANDIDATOS DO DISTRITO



ALFÂNDEGA DA FÉ
JORGE FALÉ



CARRAZEDA DE ANSIÃES
PAULO MATOS



FREIXO DE ESPADA À CINTA
LEOPOLDO PARADA



MACEDO DE CAVALEIROS
AUGUSTO MÁXIMO



MIRANDELA
LUÍS SARAIVA



TORRE DE MONCORVO
MÁRCIA SALGADO



VILA FLOR
CECÍLIA FERREIRA



VIMIOSO
OLGA AFONSO



VINHAIS
NIVARDO RODRIGUES



MOGADOURO
NUNO ARAÚJO



MIRANDA DO DOURO
ANTÓNIO CARLOS SALES

FILIPPE AGUIAR BRAGA

“BRAGA NÃO PODE CONTINUAR A BRINCAR ÀS CIDADES”

Filipe Aguiar é o rosto do CHEGA na corrida à Câmara Municipal de Braga nas autárquicas de 2025. O candidato quer devolver à cidade uma governação próxima das pessoas, firme nas decisões e transparente nos processos. Aponta falhas graves na habitação, na mobilidade e nas infraestruturas, e propõe soluções concretas para enfrentar os desafios de um concelho em crescimento acelerado.

O que o leva a candidatar-se à presidência da Câmara de Braga?
A minha candidatura assenta em dois pilares: amor à cidade e dever de cidadania. Braga tem um património histórico valioso, uma juventude dinâmica e uma sociedade civil empreendedora. Contudo, é doloroso assistir a uma cidade com tanto potencial ser gerida, há anos, de forma desconectada dos verdadeiros problemas das pessoas. O concelho tem hoje mais de 180 mil habitantes, mas continua a oferecer respostas públicas desajustadas. A minha motivação é clara: quero devolver a Braga uma governação próxima, transparente e com coragem para enfrentar os temas que muitos preferem ignorar. Conheço bem as freguesias, cresci aqui e acredito que só com uma liderança firme será possível alterar o rumo das políticas municipais e transformar verdadeiramente a cidade.

A crise na habitação é uma das principais preocupações dos bragueses. Que soluções concretas propõe para responder a este problema?
Os preços da habitação dispararam. Em 2024, Braga registou uma valorização

de quase 22% no mercado imobiliário. Hoje, é praticamente impossível a um jovem casal adquirir casa sem se endividar para a vida inteira. O CHEGA reconhece que este é um problema complexo e que não se resolve com uma única solução. Defendemos um conjunto de respostas pragmáticas e não ideológicas, sempre com o foco em mais e melhor habitação. A nossa visão inclui diversificação de tipologias de habitação (social, convencional, cooperativas); construção municipal orientada para a procura real; apoio ao licenciamento privado com prazos mais rápidos e menos burocracia; e expansão da cidade acompanhada por políticas de mobilidade e empregabilidade sustentáveis. Construir mais não basta. É preciso planear melhor.

Onde identifica maiores carências em termos de infraestruturas?
Há falhas estruturais em várias áreas. Na saúde, embora tenhamos um hospital central de qualidade, os cuidados primários continuam frágeis. Um exemplo gritante: a unidade de rastreio do cancro da mama funciona, há mais de 20 anos, num contentor improvisado num jardim.



Na segurança, a GNR mantém-se há 16 anos também em contentores. Na cultura, existem equipamentos, mas a valorização dos artistas locais tem sido negligenciada.

E a acessibilidade?
Na mobilidade, há um vazio: faltam soluções eficazes que garantam qualidade de vida a quem se desloca dentro e fora da cidade. A autarquia tem de exigir mais do Governo central, nomeadamente investimentos estruturantes nestas áreas.

O tema da mobilidade continua na ordem do dia em Braga. Qual é a sua posição?
Falamos há anos de mobilidade, mas tudo continua na mesma: trânsito caótico, transportes públicos insuficientes e freguesias desligadas do centro urbano. É preciso agir com seriedade. Precisamos de soluções públicas eficazes, mas o BRT (Bus Rapid Transit) não é uma de-

las. Braga não pode continuar a brincar às cidades, nem desperdiçar recursos municipais que são de todos. Qualquer plano de mobilidade tem de ser pensado a 10 ou 15 anos, com uma rutura face ao passado. Não basta mudar a marca dos autocarros; é necessário mudar a mentalidade com que se pensa a mobilidade urbana. Queremos que o cidadão deixe o carro em casa, não porque é forçado a isso, mas porque o transporte público é confortável, eficiente e responde às suas necessidades: ir para o trabalho, para a escola ou para os serviços públicos.

E quanto à identidade local...
A única coisa que tenho a dizer é que Braga só será forte se souber preservar o que a torna única. Recusamos a diluição cultural promovida em nome de um multiculturalismo sem regras.

Considera que Braga é uma cidade insegura?



© FOLHA NACIONAL

Os dados não indicam um aumento significativo da criminalidade, mas sim uma transformação no seu tipo: maior violência, organização e mobilidade dos grupos criminosos. A resposta das forças de segurança permanece desatualizada, com meios operacionais dignos do século passado. Este não é um problema exclusivo de Braga, mas nacional. Mais do que números, há uma perceção generalizada de insegurança entre os bracaraenses. E isso é fundamental. Os cidadãos devem sentir-se seguros nas ruas. A segurança é qualidade de vida. Defendemos reforço dos efetivos da PSP e da GNR; mais proximidade entre forças de segurança e população; uma Câmara exigente junto do Ministério da Administração Interna, que trate Braga com o respeito que merece. Os bracaraenses não podem ser cidadãos de segunda.

A imigração tem sido um dos temas centrais para o CHEGA. O que mudaria em Braga com a sua candidatura?
Braga acolhe já comunidades estrangeiras

significativas. Algumas estão bem integradas, outras não. A verdade é que há escolas onde o português deixou de ser a língua dominante e centros de saúde com listas de espera que cresceram devido a um aumento demográfico sem planeamento adequado. Não somos contra os imigrantes enquanto pessoas, somos críticos do processo de imigração desregulado que desequilibrou a convivência entre quem cá está e quem chega. O nosso objetivo é claro: garantir que os bracaraenses mantêm o seu modo de vida e que quem vem se integra na nossa cultura, não o contrário. A imigração promovida pelo PS e pelo BE, e agora tolerada pelo PSD, está a levar ao colapso dos serviços públicos. Em 2025, Braga deve voltar a colocar os seus cidadãos em primeiro lugar. Para terminar, sublinho que Braga é romana, barroca, religiosa e moderna. Deve integrar e renovar-se, sim, mas sem nunca desrespeitar quem aqui nasceu, viveu e construiu esta cidade.

CANDIDATOS DO DISTRITO



AMARES
JOSÉ MANUEL FARIA
SOLICITADOR



BARCELOS
PAULO RALHA
FUNCIONÁRIO DA AT



CABECEIRAS DE BASTO
LINA PINHEIRO
DEPUTADA



CELORICO DE BASTO
MARIA JOSÉ FONSECA
ADVOGADA



ESPOSENDE
HÉLDER TENENTE
GESTOR COMERCIAL



FAFE
DANIELA OLIVEIRA
EMPRESÁRIA



GUIMARÃES
NUNO VAZ MONTEIRO
EMPRESÁRIO



PÓVOA DE LANHOSO
JOSÉ DIEGO
COORDENADOR COMERCIAL



TERRAS DE BOURO
ANTÓNIO SOARES
PROFESSOR



VIEIRA DO MINHO
ANDRÉ LOPES
TÉCNICO DE GESTÃO



VILA NOVA DE FAMILICÃO
PEDRO ALVES
CONSULTOR



VILA VERDE
FILIPE MELO
DEPUTADO



VIZELA
VÍTOR MAGALHÃES
EMPRESÁRIO



PEDRO PINTO FARO

“SEREI UM PRESIDENTE DO POVO E PARA O POVO!”

Pedro Pinto, dirigente nacional do CHEGA e deputado do partido na Assembleia da República, é o candidato do partido à Câmara Municipal de Faro. Conhecido pelo seu discurso direto e pela defesa dos portugueses, apresenta-se com o lema “Tornar Faro Grande Outra Vez”. Diz que aceitou o desafio a pedido de muitos farenses e promete uma gestão transparente, próxima da população e focada em resolver os problemas da cidade.

Por que decidiu candidatar-se à Câmara Municipal de Faro?

Confesso que foi uma missão e um pedido de muitos farenses, que sabem em que estado está o concelho, que sabem dos problemas existentes e que sabem que só alguém com uma boa equipa e uma capacidade de trabalho e amor à região pode resolver! Infelizmente, as outras candidaturas estão muito longe disso e é com muito gosto e orgulho que enfrento esta missão!

Quais são, na sua opinião, os principais problemas que a cidade enfrenta neste momento?

A cidade e o concelho enfrentam um problema que é transversal a muitas das grandes cidades portuguesas, o da habitação! Faro, atualmente, não tem para onde crescer, tem um PDM que, apesar de ter sido revisto há pouco tempo, não está de acordo com o concelho e é contra qualquer tipo de investimento. A norte do concelho temos a Reser-

va Agrícola Nacional que impede a construção, mesmo em terrenos que nada têm a ver com a agricultura e que não são produtivos! Depois, a fantástica Ria Formosa que, em vez de ajudar a cidade a crescer, continua de costas voltadas para ela e, por fim, temos ainda o aeroporto que impede as construções em altura! Ou seja, Faro parece estar encurralada e, por isso, temos de arranjar soluções. Temos uma cidade onde a insegurança aumenta diariamente, muito por culpa da imigração descontrolada, um legado do PS, mas que não foi combatida pela autarquia PSD/CDS! O concelho está feio e sujo, com os passeios, as passeadeiras, os jardins e as fontes ao abandono, sem o mínimo de brio como se deveria exigir à capital do Algarve!

E que soluções propõe para enfrentar esses problemas?

A nível da habitação temos duas soluções sérias e para o futuro. Faro tem

centenas de casas devolutas, que nem a câmara sabe quantas são, e por isso temos de atuar por três eixos: primeiro, fazer o cadastro e saber quem são os proprietários; segundo, perceber com eles o porquê de terem deixado as casas chegar a este estado; terceiro, conversar para chegar a um acordo e a uma solução! É importante suspender



Faro já foi grande, mas devido ao amiguismo, ao clientelismo, onde só o cartão partidário foi funcionando, a cidade foi-se degradando!

este PDM para darmos, finalmente, uma oportunidade ao crescimento do concelho. Temos de permitir que os jovens tenham um efetivo direito à habitação, temos de criar condições para que os grandes empresários hoteleiros

possam investir no concelho, quer no turismo sénior, quer no turismo de saúde. Não podemos ter uma autarquia e um PDM que impeça o investimento e, se for necessário irmos a Lisboa, lá estaremos sempre para defender os interesses de Faro e dos farenses.

Disse há pouco que a insegurança cresce diariamente no concelho. Que solução apresenta para este problema?

Acima de tudo, é preciso haver mais articulação entre a Polícia Municipal e a PSP. A Polícia não pode servir apenas para multar os carros, tem de policiar as ruas para demonstrar uma Polícia presente e de proximidade e, assim, haver um maior e efetivo combate ao crime, desde logo na prevenção do mesmo. E agora, se me permite, tenho de perguntar isto: António Pina nada fez em Olhão pela segurança e vai fazer agora em Faro? E Cristóvão Norte? Dentro do PSD não tem força política, tem de andar ao lado do Eng.º Macário Correia para ter mais uns votos, mas a verdade é que o Eng.º Macário deve ser o homem mais triste do mundo: um homem que gosta de agricultura e tem na coligação o PAN, que quer acabar com a agricultura. E os eleitores do CDS, como se sentem numa coligação com o PAN?



© FOLHA NACIONAL

Que papel tem a transparência na sua visão para a autarquia?

Tem toda a importância. Esta e todas as autarquias geridas pelo CHEGA irão primar pela transparência, pela integridade e por trabalharem para as populações! Vamos mandar fazer uma auditoria externa às contas da câmara, para evitar “surpresas”. Porque ao contrário do que dizem, não existe dinheiro na câmara! Mais: queremos também saber quanto é que o “Festival F” tem custado aos cofres dos farenenses, porque as contas são sempre muito “às escondidas”. Esta tem de ser uma autarquia próxima dos cidadãos, para as pessoas e, por isso, serei eu mesmo, no primeiro ano, a receber todos os munícipes que quiserem marcar reuniões connosco! Serei um presidente do povo e para o povo!

O seu slogan é “Tornar Faro Grande Outra Vez”. O que quer transmitir com esta mensagem?

É mesmo o que diz a frase! Faro já foi grande, mas devido ao amiguismo, ao clientelismo, onde só o cartão partidário foi funcionando, a cidade foi-se degradando! Agora é o momento, sem mentiras e sem promessas, como faz agora o PS que promete construir 1.000 casas quando nem construtores existem para isso! Queremos uma cidade limpa, cosmopolita, de futuro, para que os jovens não tenham de sair à procura de uma vida melhor, para que os farenenses tenham orgulho na sua cidade e no seu concelho! Nós não prometemos, nós cumprimos!

Que mensagem final deixa aos eleitores?

Que acreditem, que façam uma rutura com o passado, que deixem de votar nos políticos de carreira que nunca lhes trouxeram nada! Deem-nos uma oportunidade, é a única coisa que precisamos para mudar a vida dos Farenenses!

CANDIDATOS DO DISTRITO



**ALBUFEIRA
RUI CRISTINA**
DEPUTADO



**MONCHIQUE
FÁBIO FERREIRA**
EMPRESÁRIO



**ALCOUTIM
JOSÉ MIGUEL GHIRA**
ENGENHEIRO



**OLHÃO
RICARDO MOREIRA**
DEPUTADO



**ALJEZUR
FERNANDO CORTES**
GESTOR TRIBUTÁRIO



**PORTIMÃO
JOÃO PAULO
GRAÇA**
DEPUTADO



**CASTRO MARIM
JORGE PINTO**
ASSISTENTE OPERACIONAL



**SILVES
JOSÉ SOUSA**
ADVOGADO



**SÃO BRÁS
DE ALPORTEL
MÁRIO BOTELHO**
ADVOGADO



**TAVIRA
ANAÍSA
GONÇALVES**
JURISTA



**LAGOA
LURDES ALEMÃO**
PROFESSORA



**VILA REAL DE
SANTO ANTÓNIO
DAVID COSTA**
BANCÁRIO



**LAGOS
PAULO ROSÁRIO**
CONSULTOR IMOBILIÁRIO



**VILA DO BISPO
AFONSO DO
NASCIMENTO**
EMPRESÁRIO



**LOULÉ
FERNANDO SANTOS**
ARQUITETO

ANTÓNIO CARLOS CACHAÇO SETÚBAL

“SETÚBAL NÃO PODE CONTINUAR REFÉM DO COMPADRIO”

António Carlos Cachaço é natural de Setúbal, licenciado em Marketing, com uma sólida carreira na gestão de equipas e projetos em contexto multinacional. A sua experiência profissional dotou-o de competências em liderança, organização e tomada de decisão, fundamentais para enfrentar os desafios de uma cidade como Setúbal. Orgulhoso das suas raízes, António Carlos Cachaço assume a candidatura à Presidência da Câmara Municipal de Setúbal pelo partido CHEGA, com o compromisso claro de construir um futuro com mais justiça social, respeito pela identidade cultural da cidade, reforço da ordem pública e maior segurança para todos os cidadãos.

A sua candidatura vem na sequência da desistência da anterior candidata Lina Lopes. Como surge esta decisão e, numa fase já tão avançada, não teme que possa prejudicar a corrida?

A minha decisão de assumir esta candidatura surgiu com sentido de responsabilidade e missão cívica. Após a saída de Lina Lopes, o CHEGA considerou essencial assegurar a continuidade de um projeto político coerente e combativo na defesa dos setubalenses e azeitonenses. Assumir a liderança nesta fase é um desafio exigente, mas temos equipa, estrutura e sentimos o apoio crescente da população, que já se refletiu nas últimas legislativas. O nosso compromisso é claro: reforçar a segurança, dar prioridade à habitação, valorizar o comércio local e gerir com rigor os recursos públicos. Setúbal não pode continuar refém do compadrio que tem travado o concelho. Setúbal merece mais e estamos preparados para garantir essa mudança.

O combate à criminalidade é uma

das bandeiras do CHEGA. O que propõe para o concelho de Setúbal?

A segurança dos setubalenses e dos azeitonenses é inegociável e será uma prioridade absoluta. Para reduzir a criminalidade, defendemos a criação de uma Polícia Municipal, próxima da população e focada na prevenção. Paralelamente, queremos instalar sistemas de video-vigilância em zonas sensíveis – Baixa Comercial, perto de Escolas e zonas de passagem para Transportes Públicos – e modernizar a iluminação pública, tornando-a mais eficiente e dissuasora. Só com mais presença, melhor prevenção e uma articulação eficaz com as forças de segurança será possível devolver tranquilidade e confiança à população de Setúbal.

A Saúde em Setúbal tem revelado vários problemas. Que propostas tem para resolvê-los para que os setubalenses e azeitonenses não tenham de recorrer aos concelhos vizinhos?

A saúde em Setúbal tem falhado em vá-



“Setúbal merece uma governação que esteja ao serviço das pessoas.”

rias áreas e é urgente agir. Defendemos a construção de um novo centro de saúde em Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e a instalação de um posto de VMER em Azeitão para garantir uma resposta de emergência mais rápida. Exigiremos ainda ao Governo o reforço imediato de médicos de família e de especialistas em saúde materno-infantil, porque a carência é evidente. Paralelamente, queremos apoiar logisticamente os centros de saúde, dando-lhes mais recursos, atendimento complementar e equipas móveis que possam chegar a idosos e dependentes em casa. Só assim aproximamos os cuidados de saúde das pessoas e damos uma resposta real às necessidades da população de Setúbal.

Sabemos que a habitação é um dos pilares da sua candidatura. Quais as propostas que tem para esta área?
A habitação é, de facto, um dos pilares



© FOLHA NACIONAL

da nossa candidatura e temos propostas muito concretas.

Em primeiro lugar, queremos reduzir a taxa de IMI para jovens que adquiram a sua primeira habitação em Setúbal, incentivando-os a fixar-se no concelho.

Defendemos também um levantamento rigoroso das habitações sociais, que será tornado público no site da Câmara Municipal, garantindo transparência na gestão do parque habitacional.

Além disso, vamos reforçar a fiscalização da habitação camarária e das rendas em atraso, com vista à sua regularização. O objetivo é simples: promover justiça, transparência e criar condições reais para que os setubalenses e azeitonenses, sobretudo os mais jovens, possam ter acesso a uma habitação digna e acessível.

Quais é que são as expetativas para estas autárquicas?

As expectativas são muito positivas. Temos andado pelas ruas a falar com setubalenses e azeitonenses e o feedback que recebemos é

claro: as pessoas estão cansadas de promessas vazias e querem ver resultados concretos. O que nos pedem é que passemos das palavras aos atos e é exatamente isso que queremos fazer. Para mudar Setúbal de forma clara e estrutural precisamos de vencer e de alcançar uma maioria absoluta. Esse é o nosso objetivo e é para isso que estamos a trabalhar diariamente, rua a rua, porta a porta, cidadão a cidadão.

Aos eleitores que ainda não decidiram em quem vão votar, que mensagem deixa para que votem no CHEGA?

A mensagem que deixo aos indecisos é simples: dêem-nos uma oportunidade. Os últimos anos não deixaram grandes recordações positivas, com a autarquia a ser conduzida por agendas ideológicas e clientelismos partidários. Setúbal merece mais segurança, mais transparência, mais desenvolvimento económico e uma governação verdadeiramente ao serviço das pessoas. Estamos preparados para garantir essa mudança e devolver confiança aos setubalenses e azeitonenses.

CANDIDATOS DO DISTRITO



ALMADA
CARLOS MAGNO
OFICIAL DE JUSTIÇA



ALCÁÇER DO SAL
VIRGÍLIO SILVA
TÉCNICO SUPERIOR



ALÇOCHETE
EUGÉNIA MURJAL
JURISTA



BARREIRO
GONÇALO CAMACHO
MEDIADOR DE SEGUROS



GRÂNDOLA
HUGO CONSTANTINO
TÉCNICO DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL



MOITA
ALFREDO VIEIRA
APOSENTADO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA



MONTIJO
NUNO VALENTE
EMPRESÁRIO



PALMELA
AFONSO BRANDÃO
MANUFACTURING MANAGER



SANTIAGO DO CACÉM
CLÁUDIA ESTÊVÃO
DEPUTADA



SEIXAL
MARTA SILVA
DEPUTADA



SINES
JORGE MAIA
FUNCIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES



SESIMBRA
NUNO GABRIEL
DEPUTADO

JOÃO LOPES ALEIXO PORTALEGRE

“O DINHEIRO QUE A CÂMARA ADMINISTRA NÃO LHE PERTENCE, É DOS CONTRIBUÍNTES”

João Lopes Aleixo é o candidato do CHEGA à Câmara Municipal de Portalegre nas eleições autárquicas de 2025. Natural do concelho de Mora, mas com raízes profundas no Alentejo e uma carreira ligada à gestão empresarial e à vida política, apresenta uma visão clara: travar a perda de população, criar condições para que os jovens e as famílias permaneçam no concelho, dinamizar a economia e garantir uma gestão transparente e rigorosa.

Por que razão decidiu candidatar-se à Câmara Municipal de Portalegre?

A minha ligação a esta terra vem de longe e é profundamente emocional. A minha família está ligada ao Alto Alentejo há gerações e cresci a sentir esta região como parte de quem sou. Quando olho para Portalegre e vejo o concelho a perder população, a envelhecer e a ficar sem jovens, não consigo ficar indiferente. Portalegre tem tudo para ser uma cidade viva e próspera. Candidato-me porque acredito que é possível quebrar este ciclo de declínio e devolver esperança às pessoas. Quero que quem aqui nasce e cresce tenha motivos para ficar, para investir, para criar família. O meu compromisso é trabalhar com determinação para que Portalegre volte a ser um lugar onde dá gosto viver.

Quais são, na sua opinião, os principais problemas que a cidade enfrenta neste momento?

O maior problema de Portalegre é estar preso a um círculo vicioso e auto-fágico: sem empresas, não há empregos; sem empregos, os jovens partem

em busca de oportunidades; quando eles partem, a população envelhece e a cidade perde vitalidade. Esta perda de pessoas desmotiva novos negócios a fixarem-se aqui, porque não existem consumidores nem mão-de-obra. É um círculo que se alimenta a si próprio e que precisa de ser quebrado de forma decisiva.

Outro desafio fundamental é a segurança. Nos últimos anos, assistimos a um aumento preocupante da criminalidade violenta no distrito. Sem segurança, não existe verdadeira liberdade nem qualidade de vida. É responsabilidade da autarquia criar condições para que os portalegrenses se sintam protegidos e confiantes no seu dia a dia. E há ainda a necessidade de uma gestão municipal moderna e transparente. O dinheiro que a Câmara administra não lhe pertence, pertence aos contribuintes. Cada euro tem de ser utilizado com rigor e responsabilidade, sempre ao serviço da comunidade. Não queremos continuar pelo caminho seguido nos últimos anos, que tem levado à perda de população, de dinamismo e de esperança. É tempo de romper com esse passado e esco-

lher, com coragem e determinação, um novo rumo para o futuro de Portalegre.

E que soluções propõe para enfrentar esses problemas?

As nossas propostas assentam em quatro pilares: segurança, habitação e fixação de famílias, economia e emprego, e identidade cultural. Na segurança, queremos instalar um Sistema de Videovigilância em zonas estratégicas e criar, de forma faseada, uma Polícia Municipal. O objetivo não é apenas combater o crime, mas também preveni-lo.

Para fixar famílias e jovens temos de lhes dar perspetivas de futuro. Isso passa por garantir habitação através da reabilitação de fogos devolutos, mas também por medidas que incentivem a natalidade e apoiem quem decide criar família em Portalegre. No plano económico, Portalegre precisa de se tornar atraente para empresas. Vamos criar um Parque Industrial moderno e lançar incentivos à fixação de negócios, simplificando processos e mostrando que o município está do lado de quem quer empreender e

gerar emprego.

Sem empresas não há empregos, e sem empregos não há jovens nem famílias, romper este ciclo é a nossa prioridade. Por fim, a identidade cultural e patrimonial. A Fábrica Robinson é muito mais do que um edifício degradado: é um símbolo de um passado industrial dinâmico e próspero, que marcou a história de Portalegre. Queremos estabilizar as suas chaminés e trabalhar com a comunidade para lhe devolver significado e utilidade, transformando-a num motivo de orgulho coletivo.

Que papel tem a transparência na sua visão para a autarquia?

A transparência é a base de qualquer boa gestão pública. O dinheiro que a autarquia gere pertence aos contribuintes, não à Câmara. É fundamental que os cidadãos saibam exatamente como são usados os seus recursos. Por isso, defendemos a realização de uma auditoria independente às contas do Município, das empresas municipalizadas e à Fundação Robinson, com





publicação integral dos resultados num Portal da Transparência acessível a todos. Não se trata de uma caça às bruxas, não é isso que pretendemos, mas sim a criação de uma base sólida de confiança, a partir da qual podemos construir o futuro. Quando existe clareza, todos os portalegrenses podem sentir-se parte das decisões e confiar na gestão pública.

O seu slogan é “Portalegre é Maior”. O que quer transmitir com esta mensagem?

“Portalegre é Maior” não é uma ideia saudosista, nem um desejo de voltar a um passado que já não existe. Não estamos à espera que D. Sebastião regressasse de Alcácer-Quibir num dia de nevoeiro. É uma visão de futuro, assente na ambição de tornar Portalegre maior na qualidade de vida, na segurança, na economia e

na cultura.

Queremos mostrar que Portalegre não tem de se resignar à perda de população e de relevância, não é uma inevitabilidade, pode voltar a ser uma cidade vibrante, moderna e competitiva, capaz de se afirmar no Alentejo e no país.

Que mensagem final deixa aos eleitores?

Peço aos portalegrenses que acreditem que a mudança é possível. Durante demasiado tempo, ouvimos dizer que o declínio era inevitável, que nada podia ser feito. Não aceito essa ideia.

Com rigor, trabalho sério e uma visão clara, podemos inverter este ciclo e devolver a Portalegre o dinamismo que merece. No dia 12 de outubro, peço a confiança de todos para que, juntos, possamos provar que Portalegre pode, e deve, ser maior.

CANDIDATOS DO DISTRITO



ALTER DO CHÃO
JORGE GATO
EMPRESÁRIO



ARRONCHES
MÁRIO CALVINHO
GESTOR REFORMADO



AVIS
FRANCISCO PROENÇA
REFORMADO



CAMPO MAIOR
CRISTINA MOURIL
ADMINISTRATIVA



CASTELO DE VIDE
JOSÉ PATACAS
REFORMADO



CRATO
JOAQUIM BATISTA
EMPRESÁRIO



ELVAS
JOSÉ MALHADO
CONSULTOR DE VENDAS



FRONTEIRA
PEDRO LANCHA
PROMOTOR DE VENDAS



GAVIÃO
ARTUR SEMEDO
REFORMADO



MARVÃO
CARLA SILVESTRE
EMPRESÁRIA



MONFORTE
DAVID ROMÃO
TÉCNICO COMERCIAL



NISA
JOÃO CAVACO
EMPRESÁRIO AGRÍCOLA



PONTE DE SOR
LUÍS HOMEM GONÇALVES
GESTOR



SOUSEL
JOSÉ GUILHERME SILVA
EMPRESÁRIO

ÚLTIMAS

AIMA ESCRUTINA UNIVERSIDADES

A agência para as migrações (AIMA) propôs às instituições de ensino superior que passem a verificar a autenticidade dos documentos de alunos, professores e investigadores estrangeiros que precisam de autorizações de residência, uma colaboração que levanta dúvidas às universidades.

ULS DE BRAGA SUSPENDE RENOVAÇÕES

A Unidade Local de Saúde (ULS) de Braga suspendeu o processo de renovação do contrato de uma centena de enfermeiros e auxiliares destinados ao plano de contingência de inverno, para permitir uma reavaliação dos custos. Em causa estão profissionais com contratos celebrados ao abrigo do plano sazonal de verão.

IMI VAI RENDER 320 MILHÕES ATÉ AGOSTO

As receitas dos municípios com o IMT, imposto que se aplica às transações imobiliárias, aumentaram 320 milhões de euros nos primeiros oito meses do ano em relação ao mesmo período de 2024, mostram dados da Entidade Orçamental. A receita acumulada cresceu 28,8% relativamente ao mesmo período do ano.

SUSPEITO ABATIDO TINHA EXPLOSIVOS

A polícia encontrou explosivos na mochila da vítima mortal e presumível autor de um incêndio em Munique, que levou ao encerramento da Oktoberfest, a festa da cerveja, na quarta-feira, considerada a maior feira popular do mundo. “Os explosivos encontravam-se na mochila” do homem que morreu, declarou a polícia.

PORTUGAL REAL



© CÂMARA MUNICIPAL DO MONTIJO

AUTÁRQUICAS EM SETÚBAL

100 DIAS PARA PÔR O MONTIJO EM ORDEM

FONTE FOLHA NACIONAL

O CHEGA Montijo apresentou esta semana o seu programa, que, segundo o cabeça-de-lista à câmara municipal, Nuno Valente, “é a resposta que o Montijo precisa para recuperar de 28 anos de atraso socialista”. O candidato reforçou ainda que o “Montijo passou ao lado do PRR, por incompetência”, fundos que seriam “fundamentais para recuperar escolas e outras infraestruturas”. Para os primeiros 100 dias foram definidas como prioridades a limpeza e a higiene urbana, a recuperação dos espaços verdes e o reforço da segurança. A luta contra a imigração ilegal, o combate à corrupção, a transparência e o desenvolvimento económico são eixos

centrais do programa da equipa liderada por Nuno Valente. Projetos como um Centro de Alto Rendimento Desportivo e a criação de um Hub tecnológico, visam centrar investimentos nas novas tecnologias, Inteligência Artificial e fixação de um ‘cluster’ ligado à defesa. A reboque destes projetos, o candidato do CHEGA quer levar para o concelho “um polo de ensino superior ligado ao desporto, saúde no desporto e tecnologias de informação”. Nuno Valente quer ainda “recuperar a baixa, através da criação de habitação académica” e atrair estudantes que vão dar uma nova vida à cidade, reabilitando o comércio tradicional.



HÁ DOIS ANOS FOI ASSIM

SOPA DE LETRAS

S	A	P	A	R	L	A	M	E	N	T	O	R	P	I
L	O	X	I	L	A	N	R	O	J	N	A	G	S	E
A	U	N	O	C	A	S	A	M	E	N	T	O	X	S
I	V	B	D	E	A	T	P	M	S	F	E	X	I	M
A	C	I	A	A	D	L	O	S	A	P	U	K	O	Z
S	A	E	T	R	I	T	O	L	R	H	C	O	C	E
A	O	O	A	N	R	L	I	N	B	L	R	A	R	R
L	J	M	I	U	E	E	I	E	D	P	A	C	I	R
I	T	C	S	E	J	V	I	M	A	P	J	A	P	T
A	I	V	C	I	E	F	E	R	A	A	E	Z	T	Z
N	P	O	I	U	R	E	M	R	O	F	R	I	O	O
C	O	D	O	R	H	O	S	T	P	A	D	N	M	J
A	R	D	O	N	M	O	R	I	S	D	E	M	O	A
F	T	U	L	Z	I	E	N	R	S	I	P	E	E	D
L	A	O	A	R	P	N	V	E	E	R	A	D	D	A
Z	S	P	A	O	I	C	X	T	Z	T	D	N	A	B
J	U	R	I	A	N	T	A	P	R	L	C	I	S	G
E	O	L	A	I	C	N	E	D	I	S	E	R	P	I
H	B	W	T	O	D	I	G	W	A	U	E	L	O	N
D	P	E	N	H	O	R	A	S	R	T	E	G	O	H

PALAVRAS

1. Jornalismo

2. TAP

3. Aliança

4. Parlamento

5. Barreiro

6. Presidencial

7. Portas

8. Preventiva

9. Horários
10. Família

11. Apedrejar

12. Criptomonedas

13. Indemnização

14. Penhoras

15. Badajoz

16. Casamento

17. Terrorismo

18. Okupas

DÁ ESPAÇO À TUA VOZ

CANAL DE DENÚNCIAS

O CANAL SEGURO E CONFIDENCIAL PARA O CIDADÃO
ENVIAR-NOS A TUA DENÚNCIA ATRAVÉS DO EMAIL

euvi@folhanacional.pt



INSÓLITO

OR CA CARA....ÇAS..

Um veleiro com bandeira francesa ficou sem leme ao largo de Peniche, depois de uma inesperada visita de orcas. O incidente ocorreu a cerca de

seis quilómetros da costa e foi registado em vídeo, mostrando os animais a interagir com a embarcação. A bordo seguiam cinco tripulantes, todos ilesos, mas que ficaram impossibilitados de prosseguir viagem. A Estação Salva-vidas de Peniche foi acionada de imediato para prestar auxílio, tendo rebocado o veleiro para inspeção.



O episódio soma-se a outros recentes em águas portuguesas, onde interações semelhantes têm causado estragos em várias embarcações, incluindo um caso mais grave na Costa da Caparica, em que um veleiro acabou por afundar. Especialistas afirmam que o comportamento pode estar ligado a jogos sociais ou curiosidade das orcas. Para já, os navegadores parecem estar a perder no campeonato “homem vs. cetáceo” ao largo da costa atlântica.



O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PREMISSA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGE-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÁ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO E DO EDITOR (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LÚPI, Nº 12, 1200-725 LISBOA NIF 515 540 420 NÚMERO DE REGISTO ERC 127829 IMPRESSÃO EMPRESA GRÁFICA FUNCHALENSE, S.A RUA DA CAPELA NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO 50, 2715-311 PÉRO PINHEIRO SÍTIO OFICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 52 800 UNIDADES

